



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL

ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL

A **Universidade Estadual de Campinas** (“**Unicamp**”), situada na Rua da Reitoria, nº121, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, Campinas, São Paulo, Brasil, representada por seu Diretor Executivo de Relações Internacionais, Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto, e **Universidad Estatal Península de Santa Elena (UPSE)**, situada na Ciudadela Universitaria, Vía La Libertad – Santa Elena, representada por Rector, Ing. Néstor Acosta Lozano, ambas referidas como “Partes” ou, conforme o contexto, “Parte”, concordam com os termos deste Acordo de cooperação (“Acordo”), conforme segue.

La **Universidad Estadual de Campinas** (“**Unicamp**”), ubicada en Rua da Reitoria, nº121, Ciudad Universitaria “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, Campinas, San Pablo, Brasil, representada por su Director Ejecutivo de Relaciones Internacionales, Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto, y La **Universidad Estatal Península de Santa Elena (UPSE)**, ubicada en la Ciudadela Universitaria, Vía La Libertad – Santa Elena, representada por su Rector, Ing. Néstor Acosta Lozano, ambas referidas como “Partes” o, en conformidad con el contexto, “Parte”, acuerdan los términos del presente Acuerdo de cooperación (el “Acuerdo”), de la forma indicada a continuación.

Definições:

“**Instituição de Origem**” é a Instituição em que o estudante está matriculado para fins de obtenção de título o grau acadêmico, ou a qual o docente ou membro técnico-administrativo estão funcionalmente vinculados.

“**Instituição Anfitriã**” é a Instituição que concorda em receber o estudante, docente ou membro técnico-administrativo da Instituição de Origem.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

O objetivo do presente Acordo é fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira, e membros técnico-administrativos de cada instituição.

CLÁUSULA 2 – METAS E FORMAS DE COOPERAÇÃO

2.1. Intercâmbio de docentes/pesquisadores

Definiciones:

“**Institución de Origen**” es la Institución en la cual se encuentra matriculado el estudiante a efectos de la obtención de título o grado académico, o a la cual administrativamente se vinculan el docente o miembro técnico-administrativo.

“**Institución Anfitriona**” es la Institución que acepta recibir al estudiante, docente o el miembro técnico-administrativo de la Institución de Origen.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

El objetivo del presente Acuerdo es fomentar la cooperación académica mediante proyectos de investigación en común y/o el intercambio de docente/investigadores y estudiantes de pre y postgrado, con el mutuo reconocimiento de los cursos impartidos en la universidad asociada, y miembros técnico-administrativos de cada institución.

CLÁUSULA 2 – METAS Y FORMAS DE COOPERACIÓN

2.1. Intercambio de docentes/investigadores



2.1.1. Docentes/pesquisadores visitantes deverão participar de conferências, atividades de ensino e/ou pesquisa, em estadias que não deverão exceder o período de um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.2. Os participantes deverão contratar seguro de saúde e de repatriação no país de origem, antes da realização da mobilidade.

2.1.3. A universidade de origem manterá a remuneração regular de seus docentes ou pesquisadores durante o período de intercâmbio.

2.2. Intercâmbio de Estudantes

2.2.1. Os estudantes devem ser pré-selecionados pela Instituição de Origem, baseados na excelência acadêmica deles. A Instituição Anfitriã será responsável pela aceitação definitiva.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela Instituição Anfitriã serão considerados alunos de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as regras impostas pela Instituição Anfitriã, devendo concordar com tais regras da mesma forma que o estudante regular da instituição.

2.2.3. Os alunos participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a adquirir conhecimento prévio da língua do país da Instituição Anfitriã, em nível compatível com as tarefas a serem lá desenvolvidas.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um plano de estudos previamente acordado entre as duas instituições envolvidas.

2.2.5. A estadia do estudante na Instituição Anfitriã não deverá exceder o período de um ano acadêmico, excetuando-se os casos de duplo diploma.

2.2.6. Os programas de duplo diploma na graduação e/ou cotutela de teses e dissertações devem ser objeto de um termo aditivo ao presente instrumento ou um Acordo específico.

2.1.1. Los docentes/investigadores deberán participar de ponencias, actividades de enseñanza y/o investigación, en estadia que no deberán exceder el periodo de un año académico (dos semestres).

2.1.2. Los participantes deberán contratar seguro de salud y repatriación en su país de origen y con anterioridad a la ejecución de la movilidad.

2.1.3. La universidad de origen seguirá entregando la remuneración habitual a los docentes o investigadores participantes de este intercambio.

2.2. Intercambio de Estudiantes

2.2.1. Los estudiantes deberán ser preseleccionados por la Institución de Origen, con base en su excelencia académica. La Institución Anfitriona será la responsable de su aceptación definitiva.

2.2.2. Los estudiantes elegidos por la Institución Anfitriona se considerarán alumnos de intercambio y se someterán a todas las reglas que determine la Institución Anfitriona, debiendo concordar con dichas reglas de la misma forma que el estudiante regular de la institución.

2.2.3. Se deberá recomendar a los alumnos participantes del programa de intercambio para que adquieran conocimiento previo de la lengua del país de la Institución Anfitriona, a un nivel compatible con tareas a desarrollarse en la misma.

2.2.4. Cada estudiante deberá seguir un plan de estudios previamente acordado entre ambas instituciones involucradas.

2.2.5. La estancia del estudiante en la Institución Anfitriona no deberá exceder el periodo de un año académico, salvo en los casos de doble diploma.

2.2.6. Para los programas de doble diploma en graduación y/o co-tutela de tesis y disertaciones, se deberá agregar un documento adicional al presente instrumento o un Acuerdo específico.



2.2.7. O número de estudantes envolvidos no programa de intercâmbio será limitado a 2 por semestre. Todos os esforços serão envidados para alcançar paridade no número de estudantes trocados.

2.2.8. A cobertura de seguro saúde e repatriação deve ficar a cargo do estudante e ser contratada em seu país de origem, antes de sua chegada a Instituição Anfitriã.

2.3. Membros do corpo técnico-administrativo

2.3.1. Com a finalidade de estimular a troca de experiência e conhecimentos específicos em áreas de mútuo interesse, as instituições poderão selecionar membros de seu corpo técnico-administrativo para participar em programas de intercâmbio.

2.3.2. Os participantes deverão contratar um seguro de saúde e de repatriação no país de origem, antes da realização da mobilidade.

2.3.3. A universidade de origem manterá a remuneração regular dos membros de seu corpo administrativo durante o período de intercâmbio.

2.3.4. As atividades desenvolvidas durante o período de intercâmbio devem ser compatíveis com as atividades do funcionário em sua Instituição de Origem e, ao final do intercâmbio, deverá ser submetido um relatório as duas instituições envolvidas.

CLÁUSULA 3 – RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

3.1. Os docentes/pesquisadores/estudantes envolvidos nos programas de intercâmbio acadêmico, ora referidos, não pagarão taxas a Instituição Anfitriã. Os demais gastos (com viagem, acomodação e outros) ficarão a cargo do docente/pesquisador/estudante, o qual poderá buscar apoio financeiro junto às agências externas.

2.2.7. El número de estudiantes que involucre el programa de intercambio se limitará a 2 por semestre. Se realizarán todos los esfuerzos para lograr una paridad en el número de estudiantes intercambiados.

2.2.8. La cobertura de seguro de salud y repatriación estará a cargo del estudiante y será contratada en su país de origen, antes de su llegada a la Institución Anfitriona.

2.3. Miembros del cuerpo técnico-administrativo

2.3.1. A los efectos de estimular el cambio de experiencia y conocimientos específicos en áreas de mutuo interés, las instituciones podrán seleccionar miembros de su cuerpo técnico-administrativo para que participen en los programas de intercambio.

2.3.2. Los participantes deberán contratar un seguro de salud y repatriación en su país de origen y con anterioridad a la ejecución de la movilidad.

2.3.3. La universidad de origen seguirá enterando la remuneración habitual a los miembros del cuerpo técnico-administrativo participantes de este intercambio.

2.3.4. Las actividades que se desarrollen durante el periodo de intercambio deberán ser compatibles con las actividades del funcionario en su Institución de Origen y, una vez finalizado el intercambio, se deberá enviar un informe a ambas instituciones involucradas.

CLÁUSULA 3 – RESPONSABILIDAD FINANCIERA

3.1. Los docentes/investigadores/estudiantes involucrados en los programas de intercambio académico bajo este instrumento, no pagarán tasas/o aranceles en la Institución Anfitriona. Los demás gastos (de viaje, hospedaje y otros) serán de responsabilidad del docente/investigador/estudiante, el cuál podrá buscar soporte financiero ante agencias externas.



3.2. Os estudantes envolvidos nos programas de intercâmbio acadêmico aqui referidos pagarão taxas acadêmicas, caso existam, apenas em sua Instituição de Origem. Os demais gastos (viagem, acomodação e outros) ficarão a cargo do estudante. O presente Acordo não acarretará, para as Partes, qualquer obrigação relativa ao financiamento do aluno.

3.3. No caso de intercâmbio de membros do corpo técnico-administrativos, os gastos deverão ser pagos pela Instituição de Origem, condicionados à existência de fundos para este fim.

CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. As Partes deverão trabalhar para obter reciprocidade nas atividades cobertas pelo presente Acordo.

4.2. Ao término da estadia do estudante, a Instituição Anfitriã deverá enviar um documento oficial à instância apropriada da instituição de origem especificando as atividades desenvolvidas e, se for o caso, o nível alcançado pelo aluno.

4.3. A Instituição de Origem deve reconhecer os resultados acadêmicos e os respectivos créditos obtidos pelo estudante na Instituição Anfitriã, baseado no programa de estudos previamente acordado entre as duas instituições envolvidas.

4.4. A Instituição Anfitriã deverá fornecer, na medida de seu alcance, condições adequadas para pesquisa e espaço para o desenvolvimento dos trabalhos dos docentes e pesquisadores.

4.5. A Instituição Anfitriã deverá oferecer condições adequadas de trabalho para o desenvolvimento das atividades de funcionários técnico-administrativos da instituição parceira.

CLÁUSULA 5 - PROPIEDAD INTELECTUAL

3.2. Los estudiantes involucrados en los programas de intercambio académico bajo este instrumento, pagarán tasas académicas y/o aranceles, en el caso que existan, en su Institución de Origen. Los demás gastos (de viaje, hospedaje y otros) serán de responsabilidad del participante. El presente acuerdo no obliga las universidades a financiar las movilidades contempladas en el instrumento.

3.3. En el caso de la movilidad del cuerpo técnico-administrativo, será la Institución de Origen la cual deberá abonar los gastos correspondientes, en caso de que existan fondos para tal fin.

CLÁUSULA 4 – OBLIGACIONES DE LAS PARTES

4.1. Las Partes se comprometen a trabajar para mantener la reciprocidad en las actividades que integran el presente Acuerdo.

4.2. Una vez terminada la estancia del estudiante, la Institución Anfitriona deberá enviar un documento oficial a la instancia apropiada de la Institución de Origen, especificando las actividades que se han desarrollado y, en su caso, el nivel alcanzado por el alumno.

4.3. La Institución de Origen deberá reconocer los resultados académicos y los respectivos créditos que obtuvo el estudiante en la Institución Anfitriona, con base al programa de estudios previamente acordado entre ambas instituciones involucradas.

4.4. La Institución Anfitriona deberá suministrar, de acuerdo con sus posibilidades, las condiciones adecuadas para la investigación y el espacio para el desarrollo de los trabajos de los docentes e investigadores.

4.5. La Institución Anfitriona deberá brindar las condiciones adecuadas de trabajo a efectos del desarrollo de las actividades de los funcionarios técnico-administrativos de la institución asociada.

CLÁUSULA 5 – PROPIEDAD INTELECTUAL



5.1. Todos os dados, informações técnicas e comerciais, tecnologias, programas de computador, procedimentos e rotinas de propriedade das Partícipes e/ou de terceiros, mas sob sua responsabilidade, desde antes da data de assinatura deste Convênio, e que forem reveladas a outra Partícipe, somente para subsidiar a execução dos trabalhos objeto deste Convênio, continuarão pertencendo ao detentor da informação.

5.2. Todos os resultados, privilegiáveis ou não, novas patentes, metodologias e inovações técnicas, produtos ou processos, "know-how", que venham a ser obtidos em virtude do desenvolvimento conjunto, serão de propriedade da Unicamp e da Universidad Estatal Península de Santa Elena na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada parte.

5.3. Durante a vigência deste Convênio, a Unicamp e a Universidad Estatal Península de Santa Elena, se obrigam, mutuamente, a transmitir entre elas, todos e quaisquer informações ou aperfeiçoamento introduzidas pela equipe do pesquisador executor do presente.

5.4. Os requerimentos de patentes no Brasil serão efetuados pela Unicamp, com todas as despesas assumidas pela Unicamp.

5.5. Os requerimentos de patentes no Ecuador serão efetuados pela Universidad Estatal Península de Santa Elena, com todas as despesas assumidas pela Universidad Estatal Península de Santa Elena.

5.6. A Unicamp e a Universidad Estatal Península de Santa Elena deverão colaborar para a efetivação de eventuais pedidos de privilégios no INPI (ou órgão correspondente no Exterior) através do fornecimento de todos os dados necessários, bem como através da assinatura por si e por seus empregados, agentes, técnicos e pesquisadores de quaisquer documentos que se fizerem necessários, tais como procurações, autorizações, declarações, formulários, etc.

5.1. Todos los datos, información técnica y comercial, la tecnología, los programas informáticos, procedimientos y rutinas de propiedad de los participantes y/o de terceros, pero bajo su responsabilidad, siempre antes de la fecha de firma del presente Acuerdo, y se revela a otro participante sólo para apoyar la ejecución del objeto de trabajo de este Acuerdo, continuarán pertenecen al titular de la información.

5.2. Todos los resultados, patentables o no, nuevas patentes, metodologías e innovaciones técnicas, productos o procesos, "know-how", que se pueden obtener a través del desarrollo conjunto, serán propiedad de la Unicamp y el Universidad Estatal Península de Santa Elena en una proporción de 50% (cinquenta por ciento) para cada parte.

5.3. Durante la vigencia del presente Acuerdo, la Unicamp y la Universidad Estatal Península de Santa Elena, se comprometen mutuamente a transmitir entre ellos, cualquier y toda la información, o las mejoras introducidas por el investigador executor de este equipo.

5.4. Las solicitudes de patentes en Brasil serán tomadas por la Unicamp, con todos los gastos incurridos por la Unicamp.

5.5. Las solicitudes de patentes en Ecuador serán tomadas por Universidad Estatal Península de Santa Elena, con todos los gastos incurridos por la Universidad Estatal Península de Santa Elena.

5.6. Unicamp y la Universidad Estatal Península de Santa Elena deberán contribuir a la ejecución de las solicitudes de privilegios en el INPI (o órgano extranjero correspondiente), proporcionando todos los datos necesarios, así como mediante la firma por sí mismo y por su empleados, agentes, técnicos e investigadores de todos los documentos que puedan ser necesarios, tales como poderes, autorizaciones, declaraciones, formularios, etc.



CLÁUSULA 6 – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A tolerância, por qualquer das Partes por inadimplementos de quaisquer cláusulas ou condições do presente Convênio, deverá ser entendida como mera liberalidade, jamais produzindo novações, modificações, renúncia ou perda de direito de vir a exigir o cumprimento da respectiva obrigação.

6.2. Este Acordo e todos os documentos e informações fornecidas por uma Parte à outra, em conexão ou sob as negociações deste documento ou quaisquer acordos decorrentes devem ser tratados como confidenciais ("Informações Confidenciais"). A Informação Confidencial não deverá ser utilizada, exceto para os fins para os quais foi concebida e não deverão ser divulgadas as Informações Confidenciais a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, da Parte envolvida.

6.3. Qualquer modificação nos termos desse Acordo deverá ser estabelecida através de um termo aditivo assinado por ambas as Partes.

CLÁUSULA 7 – VIGÊNCIA E RESCISÃO

7.1. Este Acordo vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de assinatura pelos representantes de ambas as Partes.

7.2. O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das Partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 06 (seis) meses. O rompimento do contrato não deverá afetar negativamente os intercâmbios em andamento, assumidos antes da data de finalização do contrato.

CLÁUSULA 6 - DISPOSICIONES GENERALES

6.1. La tolerancia, por cualquiera de las Partes, por motivo del no cumplimiento de cualquiera de las cláusulas o condiciones del presente Acuerdo, se deberá entender como mera liberalidad, sin producir jamás novaciones, modificaciones, renuncia o pérdida del derecho de venir a exigir el cumplimiento de la respectiva obligación.

6.2. El presente Acuerdo y todos los documentos e informaciones que suministre una Parte a la otra, en conexión o bajo las negociaciones de este documento o cualquier acuerdo posterior deberán tratarse como confidenciales (en adelante "Informaciones Confidenciales"). No se deberá utilizar la Información Confidencial, salvo para los fines por los cuales ha sido concebida y no deberán divulgarse las Informaciones Confidenciales a terceros sin el previo consentimiento escrito de la Parte involucrada.

6.3. Cualquier modificación en los términos de este Acuerdo se deberá establecer mediante un instrumento aditivo firmado por ambas Partes.

CLÁUSULA 7 – VIGENCIA Y RESCISIÓN

7.1. El presente Acuerdo tendrá una vigencia indefinida desde la fecha de su firma por los representantes de ambas Partes.

7.2. El presente Acuerdo podrá ser finalizado a cualquier momento, por cualquiera de las Partes, mediante comunicación expresa con una anticipación mínima de 06 (seis) meses. La ruptura del Acuerdo no deberá afectar de forma negativa a los intercambios en curso, asumidos con anterioridad a la fecha de finalización del Acuerdo.



CLÁUSULA 8 – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir quaisquer dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as Partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as Partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

E estando assim justo e contratado, assinam as Partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, devendo um exemplar ficar em poder de cada uma das partes.

Data: / /

Em nome da
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto
Diretor Executivo de Relações Internacionais

Em nome da
Universidad Estatal Península de Santa Elena

Ing. Néstor Acosta Lozano, PhD.
Rector

CLÁUSULA 8 – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para resolver cualquier duda que pueda surgir en la ejecución y la interpretación del presente Acuerdo, las Partes se esforzarán por buscar una solución consensuada. De no ser así, las partes indicarán, de común acuerdo, a un tercero, persona natural para que actúe como mediador.

En fe de ello, las Partes firman el presente instrumento en 2 (dos) ejemplares de igual tenor y forma, quedando un ejemplar en poder de cada una de las partes.

Fecha: 30/ 09 / 2024

En nombre de la
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto
Diretor Ejecutivo de Relaciones Internacionales

En nombre de la
Universidad Estatal Península de Santa Elena

Ing. Néstor Acosta Lozano, PhD.
Rector



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
D13EC54B 3BC34D05 8483ECB9 789CBE13

